ENTREVISTA

DEPUTADO

Sebastião Bala Rocha

A luta pelo trabalho decente é prioridade

PÁGINA 15

Ano VII nº 71 – ABRIL – 2012

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

XVII CNPT discute os desafios e as perspectivas do Ministério Público brasileiro

Fotos: Ascom/ANPT e Luiz Akai

Durante os três dias de Congresso, procuradores do Trabalho de todo o Brasil estiveram reunidos em Brasília para aprofundar a reflexão sobre a instituição. Solenidade de abertura homenageou a ministra do STF Rosa Weber e o Corregedor Nacional do MP, Jeferson Coelho.

PÁGINAS 8 a 13

Foto: Ascom/ANPT

Terceirização é tema de debates com a participação da ANPT

Associação reforçou a sua preocupação em relação à terceirização ilícita de mão de obra e reafirmou a inconstitucionalidade do PL que visa a regulamentar essa prática.

PÁGINA 7

PEC DA IMPUNIDADE

Entidades do MP se mobilizam contra aprovação da Proposta

Página 3

REP

ANPT defende que portaria ministerial é constitucional

Página 5

Caro Associado,

Primeiramente, precisamos agradecer a participação expressiva de tantos colegas, de todo o país, no XVII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), o que fora, seguramente, decisivo para o êxito do evento, no qual pudemos refletir e discutir em profundidade o Ministério Público brasileiro, com seus desafios e suas perspectivas, sempre tendo por escopo a melhoria dos resultados de nosso trabalho em prol da sociedade.

Importante destacar que as reflexões e as discussões às quais fomos levados durante o CNPT não podem ficar, e certamente não ficarão, restritas àqueles dias do Congresso. É justamente em nossa atuação cotidiana, por meio do trabalho e do empenho de cada um de nós que iremos, juntos, construir uma instituição cada vez mais forte e mais sólida, ultrapassando os percalços que se nos apresentam.

Além da cobertura completa do XVII CNPT, esta edição do Informativo da ANPT traz, também, informações detalhadas acerca do trabalho da Associação durante o mês de abril, aí incluída nossa participação em audiências públicas que trataram da questão atinente à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, também conhecida como "PEC da Impunidade", que visa a atribuir exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência da investigação criminal, em relação ao que temos frisado, enfaticamente, nossa posição contrária, até porque não podemos aceitar a retirada de importante atribuição do Ministério Público, que representa inegável retrocesso social.

Outro tema bastante debatido ao longo do período diz respeito à terceirização. No último mês, participamos de audiência pública no Senado Federal para tratar do assunto, assim como de seminário promovido pela Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas.

Em todas essas oportunidades, combatemos a precarização das relações trabalhistas e defendemos, de forma veemente, o respeito à dignidade do trabalhador, lamentavelmente atacada por algumas propostas legislativas precarizantes em tramitação, as quais, ressalte-se, têm sido acompanhadas pela ANPT em nossas diuturnas atividades junto ao Congresso Nacional.

Questões como o combate ao trabalho escravo, discriminação nas relações de trabalho, o Registrador Eletrônico de Ponto e muitas outras, não menos importantes, também são abordadas nesta edição do Informativo, na qual buscamos traçar um panorama da atuação da Associação nas últimas semanas.

Reiteramos que a participação e a colaboração dos Associados, cada vez mais presentes nas atividades associativas, tem se mostrado de enorme relevância, verdadeiramente imprescindível para o êxito do trabalho da ANPT. A atual Diretoria, cujo mandato encerra-se durante este mês de maio, agradece, sincera e emocionadamente, todo o apoio recebido durante a sua gestão, fazendo votos de sucesso para a administração que se iniciará com a posse da Diretoria eleita para o biênio 2012/2014. Boa leitura!

Diretoria da ANPT

CURTAS

Senado Federal homenageia 40 anos da Ajufe

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 9 de abril de sessão especial do Senado Federal, que comemorou os 40 anos de criação da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE). A iniciativa partiu de requerimento apresentado pelo líder do PSDB, senador Álvaro Dias (PR), à Mesa Diretora do Senado e aprovado pela Casa.

CPI do trabalho escravo

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, acompanhou, no dia 25 de abril, audiência pública da CPI do Trabalho Escravo, que teve entre seus participantes o procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo. Em seu pronunciamento, o procurador-geral afirmou que o país precisa ir além do que prevê o atual Código Penal (Decreto-Lei 2848/40) no combate ao trabalho escravo. Destacou, ainda, que o órgão tem conseguido vitórias no campo da responsabilidade civil.

Camargo de Melo acrescentou como exemplo desse êxito que em breve espera seja confirmada pela Justiça do Trabalho a maior condenação já registrada no país quanto ao tema. O procurador explicou que a empresa já foi condenada em R$ 5 milhões pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em ação movida pelo MPT, mas que ainda há recurso a ser julgado.

Reunião de Diretoria da ANPT

A diretoria da ANPT esteve reunida nos dias 17 e 18 de abril, em Brasília, para acertar os últimos detalhes referentes à organização do XVII CNPT. Na ocasião, o grupo definiu, também, algumas providências preliminares sobre o 24º ENPT, que acontecerá em outubro, em Natal (RN), entre outras questões.

Medalha Cidade Verde

O procurador-chefe do MPT na Paraíba, Eduardo Varandas Araruna, recebeu no dia 25 de abril a Medalha Cidade Verde, em sessão solene na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP), por conta do trabalho desenvolvido à frente da Regional. Em seu pronunciamento, o procurador falou sobre a honra em ser agraciado com a comenda. "Fico muito honrado por esse reconhecimento do povo de João Pessoa. Estou muito feliz por ter meu trabalho reconhecido", disse.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012**

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.550 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, *Site*: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

"A PEC 37 vai aumentar a impunidade no Brasil"

Essa afirmação foi feita no dia 25 de abril pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, durante audiência pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre a competência da investigação criminal para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/11, também conhecida como PEC DA IMPUNIDADE, de autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoBMA). A Proposta atribui exclusivamente às polícias Federal e Civil esse tipo de investigação.

Foto: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT disse que não interessa à sociedade a limitação da investigação

Segundo o presidente da ANPT, não interessa à sociedade a limitação da investigação, sobretudo em um país onde há a proliferação dos casos de corrupção, ações de crime organizado e grupos de extermínio, inclusive com a participação de policiais. "As outras instituições, sejam auditorias, Controladoria Geral da União ou o Ministério Público, também, têm que ter preservado o poder de investigação, porque é do interesse público o máximo possível de investigação e o mínimo de impunidade. Se restringirmos, nesse momento, o poder de investigação de qualquer instituição nós faremos com que o Brasil seja conhecido como o país da impunidade", reforçou.

Foto: Ascom/Conamp

Participantes da mesa que discutiu a PEC 37

Caixeta falou, também, sobre a nota técnica enviada por entidades de classe do Ministério Público a deputados, senadores e ao Executivo contra a PEC 37/2011. No documento, as entidades contestam as justificativas apresentadas pelo autor da matéria, entre elas a de que as investigações realizadas pelo Ministério Público são questionadas perante os Tribunais Superiores e prejudicam a tramitação dos processos. "A PEC, se aprovada, vai contribuir para a impunidade no Brasil", disse Caixeta ao falar sobre a Proposta.

De autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), a PEC DA IMPUNIDADE acrescenta um parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal, para estabelecer que a apuração das infrações penais será de competência privativa das polícias federal e civil. Atualmente, por determinação constitucional, o Ministério Público e outras instituições também exercem, em casos específicos, a atividade de investigação criminal.

Entidades do Ministério Público reúnem-se com relator da PEC 37/2011

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 11 de abril de reunião com o deputado Fábio Trad (PMDB/MT), para tratar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011. Durante a reunião que contou, também, com as presenças dos presidentes da Conamp, César Mattar Jr., da ANMPM, Marcelo Weitzel, e da AMPDFT, Antônio Marcos Dezan, os representantes das entidades externaram ao relator, que foi designado no dia 10 de abril em decorrência da instalação da Comissão Especial para análise do mérito da PEC, suas preocupações quanto à alteração desse dispositivo constitucional.

O deputado ouviu as ponderações, sem se manifestar sobre o mérito da matéria, e concordou em propor à Comissão a realização de audiências públicas, com participação de autoridades de todos os Poderes e representantes de entidades associativas, a fim de vir a questão a ser amplamente debatida antes da apresentação de seu parecer.

Comissão Executiva da Conatrae discute PEC e CPI do Trabalho

Integrantes da Comissão Executiva da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), da qual a ANPT faz parte, estiveram reunidos no dia 25 de abril na Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República. Durante o encontro, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001 foram o foco das discussões.

Presidente da CPI do trabalho escravo esteve reunido com integrantes da Conatrae

Foto: Ascom/ANPT

Na reunião, na qual o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade, o grupo organizou pontos referentes à mobilização em prol da aprovação da PEC do Trabalho Escravo. Em relação à CPI do Trabalho Escravo, presidida pelo deputado Cláudio Puty (PT-PA), o grupo reforçou a preocupação sobre o tema e reafirmou a necessidade de acompanhar de perto os debates que estão acontecendo no âmbito da Câmara dos Deputados. A CPI deve investigar empresas e empregadores que mantêm trabalhadores em regime análogo ao de escravidão.

Já no dia 11 de abril, o presidente da ANPT participou da reunião ordinária da Conatrae, ocasião em que Caixeta reforçou a preocupação quanto à CPI e falou sobre a necessidade de elaboração de nota técnica da Comissão, para rebater os possíveis argumentos contrários à aprovação da PEC. A ligação direta entre o trabalho escravo e a terceirização também foi lembrada pelo presidente da ANPT. "Nos resgates de trabalho escravo é comum encontrarmos diversas contratações feitas pelos chamados 'gatos', que promovem subcontratações de trabalhadores".

No dia anterior, Caixeta e o vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram de outra reunião da Comissão Executiva da Conatrae. Na ocasião, o grupo discutiu questões relevantes acerca dos temas ligados à Comissão, ao lado do presidente da CPI do trabalho Escravo, o deputado Cláudio Puty (PT-PA), e do relator, deputado Walter Feldman (PSDB-SP), assim como do presidente da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, deputado Domingos Dutra (PT-MA) e do ex-senador e presidente de honra da referida Frente Parlamentar, José Nery.

Reunião da comissão executiva da Conatrae

Foto: Ascom/ANPT

FRENTAS estuda novas estratégias de atuação

Integrantes da Frente Associativa da magistratura e do Ministério Público da União (Frentas) estiveram reunidos no dia 11 de abril na sede da Associação dos Juízes Federais (Ajufe). O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram da reunião, que discutiu os rumos a serem seguidos ao longo dos próximos meses em relação às proposições legislativas de interesse para as categorias.

Frentas reunida na sede da Ajufe

Foto: Ascom/ANPT

O grupo discutiu novas medidas a serem adotadas quanto ao andamento dos Projetos de Lei (PLs) n.º 7753 e 7749, de 2010, e 2198 e 2197, de 2011, que tramitam na Câmara dos Deputados atualmente e tratam da recomposição do valor dos subsídios do procurador-geral da República e dos ministros do STF. O presidente da ANPT lembrou que as perdas inflacionárias acumuladas entre 2006 e 2012 chegam a 26,53%, reduzindo em mais de um quarto o poder de compra de procuradores, promotores e magistrados.

ANPT defende regulamentação do Registrador Eletrônico de Ponto

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal realizou no dia 12 de abril audiência pública para discutir a exigência de uso do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) em empresas, conforme determina a Portaria 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade durante a reunião e defendeu a portaria, por ele considerada "um instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores".

Portaria entrou em vigor no dia 2 de abril

Foto: Ascom/ANPT

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), requereu o debate para instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 593/2010, que visa a sustar os efeitos da portaria. A norma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) exige que as empresas que possuem mais de dez funcionários e optem pelo sistema eletrônico de registro de ponto implantem o novo sistema.

O presidente da ANPT falou sobre a quantidade de vezes que a Portaria foi adiada, antes de entrar em vigor, e foi categórico ao afirmar que "muito foi dito que ela foi alterada cinco ou seis vezes, como isso sendo consequência de defeitos no ato normativo ou no próprio sistema a ser implementado, mas, na verdade, isso representou o atendimento aos anseios das categorias dos empresários". "Eu participei de diversas reuniões buscando a superação das pretensas falhas e dificuldades que supostamente existiriam no sistema. Ele não foi modificado porque os argumentos são totalmente improcedentes e não dão conta do quadro atual de sonegação de direitos", reafirmou.

Outro ponto levantado pelo procurador foram as notas divulgadas pela ANPT chamando a atenção para itens essenciais sobre o REP. "Os custos sociais estão aí e podem ser suportados pela classe trabalhadora, porque os empresários não podem ter seus custos também?" questionou Caixeta ao comentar sobre alguns argumentos que alegam que o custo para se implantar o REP seria muito alto para as empresas. O presidente da ANPT reforçou, ainda, a constitucionalidade da portaria e lembrou que os membros do Ministério Público do Trabalho estão atentos a ela.

Participaram da audiência pública, além do presidente da ANPT, o procurador do Trabalho Joaquim Rodrigues Nascimento, que, na ocasião, representou o procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Mello, a presidente do Sinait, Rosângela Rassi, a secretária de inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Vera Albuquerque, entre outras autoridades e representantes de trabalhadores e empresários.

*Confira a íntegra da matéria no *site* www.anpt.org.br

Aprovadas medidas de segurança para membros do Ministério Público e da magistratura

A CCJ do Senado aprovou, no dia 11 de abril, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n.º 3 de 2010, que amplia a segurança para membros do Ministério Público e magistratura ameaçados no exercício da função. Pelo texto, que segue para análise do plenário da Casa, promotores, procuradores e magistrados que estiverem em "situação de risco" poderão ter proteção da polícia judiciária, órgãos de segurança institucional e da Polícia Militar.

A matéria já havia sido aprovada pela Comissão, mas, no plenário, recebeu nove emendas, tendo por isso voltado à pauta. Na ocasião, a CCJ aprovou o relatório do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), acatando quatro emendas e rejeitando as demais. Se o PLC for mantido como está agora pelo plenário do Senado, a proteção policial deve ser prestada de forma "imediata" em casos urgentes e deve ser comunicada ao CNMP ou ao CNJ.

O projeto agora volta para apreciação pelo plenário.

ANPT discute trabalho decente e a promoção de igualdade racial em audiência pública na Câmara

"A discriminação racial nas relações de trabalho constitui uma lamentável realidade e o aspecto discriminatório se mostra mais evidente quando se inclui, na análise da situação, a variável da escolaridade, já que é fato que negros ocupando cargos semelhantes e possuindo o mesmo grau de instrução que trabalhadores brancos percebem, ainda assim, remuneração significativamente inferior à dos brancos". Foi com essa linha argumentativa que o vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, manifestou-se, no dia 12 de abril, em audiência pública realizada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados. O objetivo da reunião foi discutir o trabalho decente e, mais especificamente, as discriminações de cunho racial nas relações trabalhistas.

O vice-presidente da ANPT chamou a atenção para a diferença de tratamento dispensado aos trabalhadores brancos e negros, haja vista estarem estes últimos em nítida desvantagem, o que se constata desde o acesso ao mercado de trabalho, às oportunidades de promoção e, também, nas diferenças remuneratórias. O procurador falou, ainda, sobre a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho, em todo o país, na luta pela promoção de igualdade nas relações de trabalho, inclusive na implementação de programas específicos que visam à modificação dessa realidade.

Foto: Ascom/ANPT

Segundo Azevedo Lima, promover a diversidade traz benefícios para as próprias empresas

Outros aspectos levantados por Azevedo Lima foram as características da discriminação, tanto direta quanto indireta, falando, ainda, sobre ações afirmativas observadas no Judiciário brasileiro em relação a essa questão. O procurador enfatizou que os programas que promovem a diversidade trazem vários benefícios para as próprias empresas, "tais como a melhoria do ambiente de trabalho, da produtividade e de sua imagem social, além de promover a efetiva inserção das empresas nas comunidades", argumentou.

* Confira a íntegra da participação da Associação no *site* www.anpt.org.br

Audiência pública do Senado discute acidentes de trabalho

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal realizou, no dia 23 de abril, audiência pública para debater a realidade brasileira sobre acidentes de trabalho. O diretor financeiro da ANPT, Maurício Correia de Mello, participou da audiência, reforçando a necessidade de serem concentrados esforços para tornar mais eficaz a prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais.

O procurador chamou a atenção, especialmente, sobre a questão do trabalho em frigoríficos e informou que no âmbito do MPT existem coordenadorias específicas que cuidam desse e de outros temas relacionados ao mundo do trabalho. Destacou, também, a necessidade de norma regulamentadora dos frigoríficos e disse que as irregularidades encontradas nesses locais causam contraste com a realidade brasileira, no sentido de ser o país um grande produtor e exportador de carnes e que, portanto, não poderia ter esse tipo de problema.

Ressaltou, ainda, que a Associação tem uma atuação bastante forte no que diz respeito ao combate da fibra do amianto no Brasil, ao lado de entidades como a Anamatra, e que juntas participam de processo em curso no Supremo Tribunal Federal que visa a banir a fibra. Em todas essas questões que envolvem o meio ambiente de trabalho, aí incluídas as que se relacionam com acidentes de trabalho, o diretor da ANPT reforçou que a parceria com diversas entidades e instituições

Foto: Ascom/ANPT

Correia de Mello ressaltou o envolvimento da ANPT nos assuntos relacionados ao tema

fortalece a atuação e amplia a possibilidade de benefícios aos trabalhadores.

Outro ponto abordado durante a manifestação do procurador foi a questão da terceirização no setor elétrico, assim como o trabalho de crianças e adolescentes que, por vezes, são submetidos a atividades expostas a riscos, a questão dos trabalhadores domésticos, que tiveram recentemente uma convenção da OIT aprovada que busca garantir igualdade de trabalho a esses trabalhadores, o problema do trabalho escravo no Brasil e, por fim, a preocupação e atenção com as obras relacionadas à Copa do Mundo.

* Confira a matéria completa no *site* www.anpt.org.br

Terceirização é tema de audiência pública no Senado com a participação da ANPT

Foto: Agência Senado

ANPT tem participado de diversas audiências sobre terceirização

A terceirização do trabalho no Brasil foi tema de audiência pública realizada no dia 4 de abril na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, participou e levantou questões importantes sobre o tema, como os efeitos danosos causados pela terceirização irregular no Brasil.

Segundo Caixeta, tem acontecido um desvirtuamento sobre o verdadeiro significado da terceirização. Para ele, o intuito deve ser, sempre, a transferência apenas de atividades acessórias, a busca de uma especialização que, por conseguinte, resultará no aumento de produtividade. O procurador reforçou que, constantemente, os trabalhadores terceirizados sofrem com a redução dos seus direitos trabalhistas em comparação aos empregados efetivos das empresas. Para ele, isso se reflete tanto no nível de remuneração quanto nos outros benefícios, independentemente da qualificação profissional. "O trabalho terceirizado sofre discriminação. Ele é um trabalhador classificado, por muitos, como de segunda categoria. Não tem identidade, não tem nome e na verdade se referem a ele sempre como o terceirizado. Ninguém sabe o nome dele", disse.

O presidente da ANPT reforçou também que a terceirização não cria emprego, "uma vez que só faz a substituição dos empregadores diretos pelos terceirizados. A sua aplicação de maneira indiscriminada leva, fatalmente, ao aniquilamento da proteção social e ao extermínio do Direito do Trabalho". A relação entre a terceirização e o trabalho escravo, também, foi uma preocupação levantada pelo presidente da ANPT. Caixeta informou que, nas operações de combate a essa prática, normalmente se verifica que há a contratação por meio da pessoa, empresa ou pessoa física numa relação triangular que, em muitos casos, gera essa situação de exploração máxima do trabalho escravo.

Por fim, na opinião do procurador, a terceirização deve ser regida por legislação mais eficiente, com segurança jurídica para o trabalhador e para as empresas, observando os parâmetros da Constituição Federal. Caixeta pontuou que caso o Projeto de Lei (PL) n. 4.330/2004, de autoria do Deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), que disciplina a terceirização de serviços especializados no âmbito público e privado venha a ser aprovado da maneira como está, acabará por se promover uma ampla reforma trabalhista, com extinção de direitos históricos dos trabalhadores. "De fato, o Congresso Nacional deve fazer a regulamentação da terceirização no Brasil, mas deve fazer, necessariamente, observando os parâmetros da Constituição Federal, que impõe uma relação de trabalho protegido, preservando a dignidade da pessoa humana", completou.

"A terceirização no Brasil é um sistema de adoecimento e mortalidade"

Foto: Ascom/ANPT

Seminário contou com o apoio da Associação

Foi realizado no dia 10 de abril o seminário "A terceirização à luz da Constituição Federal e dos Tratados e Convenções Internacionais", promovido pela Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas (ALAL). O evento, que contou o apoio da ANPT e teve o seu presidente, Sebastião Vieira Caixeta, como um dos palestrantes, reuniu parlamentares, juristas do Brasil, Argentina e México, economistas e dirigentes sindicais.

Em sua manifestação, o presidente da ANPT reforçou a necessidade de se entender corretamente o conceito de terceirização e lembrou que os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), em seu cotidiano, investigam, comparecem a empresas para averiguar denuncias, em parceira com auditores fiscais do trabalho, comparecem a julgamentos na Justiça do trabalho e verificam uma série de efeitos danosos causados pela terceirização irregular. "A terceirização no Brasil é um sistema de adoecimento e mortalidade", disse.

Em relação a esses efeitos, o palestrante informou que um dos principais é o foco muito intensificado na redução dos custos com a mão de obra, "o que leva à redução de direitos, à jornada exaustiva, ao descuido com o meio ambiente de trabalho e à precarização das relações de trabalho". A relação entre a terceirização e o trabalho escravo foi constantemente lembrada pelo procurador. Segundo ele, em grande parte das situações de trabalho análogo ao de escravo se constata, também, casos relacionados à terceirização.

* Confira a íntegra das duas matérias no *site* www.anpt.org.br

Fábio Leal Cardoso tem foto descerrada na abertura do XVII CNPT

O procurador do Trabalho Fábio Leal Cardoso teve sua foto descerrada durante a abertura do XVII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), realizada na noite do dia 19 de abril. A fotografia passará a compor a galeria de ex-presidentes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Após ter sua trajetória relembrada durante a solenidade, Fábio Leal agradeceu à diretoria da ANPT pela homenagem e enfatizou que "os dois anos que passei à frente da ANPT foram simplesmente a experiência profissional mais importante da minha vida e também uma das que mais marcaram a minha existência. É uma honra e uma satisfação integrar essa galeria de ex-presidentes, porque vou estar lado a lado de vários colegas que são verdadeiros líderes, construindo o futuro do MPT e do Ministério Público brasileiro", finalizou.

Fábio Leal Cardoso foi presidente da ANPT no período entre 2008 e 2010. Durante sua gestão, a entidade completou 30 anos e foi homenageada pela Câmara dos Deputados, em sessão solene daquela casa.

Foto passará a compor a galeria de ex-presidentes da ANPT

Vencedores do XIII Prêmio Evaristo de Moraes Filho são agraciados com medalhas

Primeiro colocado, procurador do Trabalho Marcelo José D'Ambroso

O prêmio foi entregue ao procurador Rafael Garcia Rodrigues

O procurador Alberto Bastos Balazeiro recebeu a premiação

Os vencedores do XIII Prêmio Evaristo de Moraes Filho, na categoria melhor arrazoado, foram premiados no dia 19 de abril durante a cerimônia de abertura do XVII CNPT. Entre os objetivos do prêmio, promovido pela ANPT, está a divulgação de trabalhos jurídicos, frutos da produção intelectual dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Em primeiro lugar ficou o procurador do Trabalho Marcelo José D'Ambroso. A segunda colocação ficou com obra coletiva da autoria dos associados da ANPT Marco Aurélio Estraiotto Alves, Rafael Garcia Rodrigues e Thalma Rosa de Almeida. Em terceiro lugar, também na categoria melhor arrazoado, foi premiada uma outra obra coletiva, de autoria dos associados José de Lima Ramos, Marcelo Brandão de Morais Cunha, Pacífico Antônio Luz de Alencar Rocha, Annelise Fonseca Leal Pereira, Bernardo Guimarães Carvalho e Alberto Bastos Balazeiro. Este último representou o grupo no momento de receber o prêmio.

O julgamento dos trabalhos do XIII Prêmio Evaristo de Moraes Filho coube a uma comissão integrada pelos procuradores do Trabalho José Fernando Ruiz Maturana, Andrea Nice Silveira Lino Lopes e Sonia Toledo Gonçalves. A editora LTr é a patrocinadora oficial das premiações.

Fotos: Ascom/ANPT e Luiz AKai

"O MP assumiu a defesa intransigente dos valores mais caros da sociedade"

Presidente da ANPT falou sobre a importância de se discutir o MP

Cerca de 350 pessoas participaram no dia 19 de abril da solenidade de abertura do XVII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), promovido pela ANPT, em Brasília. Autoridades do Ministério Público (MP), dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de diversas entidades parceiras da ANPT, estiverem reunidas na cerimônia, que homenageou a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Maria Weber Candiota da Rosa e o corregedor nacional do MP, Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Segundo o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o "Ministério Público como um todo assumiu a defesa intransigente dos valores sociais mais caros, funcionando como alter ego e verdadeiro advogado da sociedade". Ele destacou alguns temas constantemente em discussão pelos membros do MPT, como o combate ao trabalho escravo e à exploração do trabalho infantil. "Todas essas atuações conferiram ao *parquet* trabalhista reconhecimento e identidade de instituição voltada para a preservação da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho", afirmou.

Sebastião Caixeta ressaltou a parceira com entidades públicas e privadas para o combate às iniciativas precarizantes

Rosa Weber recebeu a placa em sua homenagem

Corregedor Nacional do MP, também, foi agraciado com placa

das relações de trabalho. "A ANPT defende e promove medidas tendentes à melhoria da condição social dos trabalhadores, à garantia da vida digna e do trabalho decente, à promoção do bem-estar e da justiça social." Outro tema abordado pelo presidente da entidade em seu discurso foi a necessidade de valorização das carreiras tanto do MP quanto da magistratura. "O Judiciário e o Ministério Público estão vilipendiados. É imprescindível a adoção de medidas e ações eficazes no processo de construção de uma política remuneratória que assegure não somente a dignidade dos subsídios, mas, também, que restaure a valorização das carreiras", reforçou.

Em relação aos homenageados do XVII CNPT, no que diz respeito à ministra do STF Rosa Weber, Caixeta disse que a sua trajetória "nos enche de orgulho, não só pela diuturna defesa do direito social e pela sensibilidade com os temas defendidos pelo MPT, mas também pelas posições lúcidas, embasadas e progressistas externadas nos recentes julgamentos de que já participou no STF". Já sobre o corregedor, o presidente da ANPT falou do reconhecido trabalho exercido por ele nos serviços prestados à instituição e à causa da Justiça.

A ministra Rosa Weber, por sua vez, falou da amizade que tem pelos membros da instituição e pediu "não me deixe sozinha, pois sou extremamente grata pela companhia de vocês, pela homenagem que recebi aqui". O corregedor nacional do MP comentou sobre a alegria em ser homenageado no XVII CNPT e agradeceu a todos o carinho recebido.

Vale lembrar que o XVII CNPT foi realizado entre os dias 19 e 21 de abril, em Brasília, e teve como tema central "O Ministério Público brasileiro: desafios e perspectivas".

Palestra inaugural aborda desafios e perspectivas do Ministério Público

O professor e advogado Alexandre de Moraes proferiu a conferência inaugural do XVII CNPT com o foco voltado ao tema central do evento: "O Ministério Público brasileiro: desafios e perspectivas". O palestrante destacou a evolução do Ministério Público do Trabalho (MPT) e sua importância para a sociedade. "Fico extremamente feliz com esse crescimento, que ocorreu pela Constituição, na qual foram consolidados os direitos sociais", disse Moraes, na mesa presidida pelo Corregedor Nacional do Ministério Público, Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Alexandre de Moraes abordou em o tema do CNPT em sua palestra

Segundo Alexandre de Moraes é fundamental que o Poder Público esteja atento a problemas como terceirização, flexibilização e precariedade do trabalho, considerados grandes desafios para o século 21. "Essa é uma meta que deve ser bem trabalhada pelo Ministério Público do Trabalho", pontuou o conferencista. Para ele, o trabalho é um dos instrumentos para solucionar a desigualdade social, mas o Brasil não viria tratando com o rigor necessário questões importantes como o trabalho escravo.

"A cidade de São Paulo, por exemplo, não tem o mesmo tipo de trabalho escravo que é encontrado no campo. Contudo, se visitarmos as fábricas, veremos situações de igual gravidade. São trabalhadores clandestinos, geralmente oriundos de outros países, a exemplo da Bolívia. Se compararmos numericamente, provavelmente há mais trabalho escravo na capital paulista do que se juntarmos todas as fazendas das regiões Norte e Nordeste. Existe uma diferença significativa na forma como esses trabalhadores são explorados, o que demanda também uma diferenciação no combate", explicou o advogado.

Por fim, o professor Alexandre Moraes conclamou os membros do Ministério Público a se unirem em prol de uma participação mais ativa e efetiva na discussão de temas importantes para a sociedade.

Presidente da Conamp afirma que MP passa por momento de reafirmação de princípios

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), César Mattar Jr., foi palestrante no dia 20 de abril, durante o XVII CNPT. Durante a conferência, cujo tema era "O Ministério Público no contexto político atual", o painelista afirmou que o Ministério Público brasileiro passa por um momento de reafirmação de princípios, visto que há uma tendência ao fortalecimento de outras instituições e o enfraquecimento das atribuições do Ministério Público.

Cesar Mattar sugeriu que os ramos do MP dialoguem entre si

Na opinião do palestrante, as tentativas do Legislativo de limitar a atuação do MP se devem à falta de interlocução entre os membros do Ministério Público e a classe política. O conferencista comentou, também, que o MPT, entre os ramos do MP, é aquele que tem mais proximidade com a sociedade, por conta de suas próprias atribuições.

Durante a palestra, César Mattar também falou sobre o papel do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para logo em seguida traçar um comparativo entre a instituição e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Os feitos do CNJ diferem de uma forma absurda do CNMP. No CNJ a reclamação vem de fora da instituição. Eles exercem efetivamente o controle externo. No CNMP, o que chegam são reclamações internas, colegas reclamando de colegas", concluiu César.

César Mattar Jr. criticou, também, o que ele chamou de "excesso de politização" no âmbito do MP que, segundo ele, deixa a administração do serviço público refém dela mesma e isso prejudica não só a instituição mas a sociedade como um todo.

O palestrante concluiu seu painel com uma frase de Clovis Beviláqua, segundo a qual "o tempo é implacável transformador de glórias em esquecimento e deixa no limbo a memória de personagens e instituições". "Que isso jamais ocorra com o MP brasileiro", finalizou.

Fotos: Ascom/ANPT e Luiz AKai

Conselheiro do CNJ enfatiza a relevância da atuação do MPT

Conselheiro reforçou que o MPT pode contribuir bastante com o CNJ

Contribuições do Ministério Público para o aperfeiçoamento do sistema de Justiça brasileiro, esse foi o tema da palestra proferida pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Gilberto Valente Martins, durante o XVII CNPT. Em sua manifestação, o palestrante ressaltou a experiência vivenciada no CNJ e apresentou reflexões para o aprimoramento da atuação não apenas daquele Conselho, mas, também, do Ministério Público, em especial possibilidades de parceria entre ambas as instituições visando à obtenção de melhores resultados para a sociedade como um todo.

Segundo ele, o número de representações que chegam ao CNJ advindas da Justiça trabalhista é muito pequeno, o que pode representar dois aspectos importantes: o primeiro, segundo ele, é que tal seara seria uma "ilha de excelência em quase todos os aspectos" e o segundo que a instituições trabalhistas não estariam cumprindo corretamente com o seu papel fiscalizador. O conselheiro destacou a atuação do MPT nas fiscalizações das relações laborais e disse que, até então, não conhece ações diretamente relacionadas à Justiça do trabalho, no controle administrativo e financeiro realizado pelo MPT. Ele ressaltou, ainda, que o MPT pode contribuir, e muito, aprimorando a fiscalização dessas questões.

Ainda quanto à contribuição que o MPT poderia dar ao CNJ, o conselheiro reforçou que a fiscalização é a melhor saída para as falhas constatadas no sistema. Nesse sentido, ele lamentou que o MPT não tenha um representante no Conselho Nacional de Justiça, o que, na sua ótica, seria muito significativo, principalmente por se considerar a forte atuação e a grande combatividade dos membros do MP trabalhista.

Palestra aborda distorções e perspectivas de reestruturação do MP

A conferência de encerramento do XVII CNPT teve como foco o "Ministério Público Brasileiro: distorções e perspectivas de reestruturação". O conferencista foi o promotor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Emerson Garcia, que, entre os aspectos que discutiu durante a palestra, levantou a necessidade de se buscar mais unidade no âmbito do Ministério Público (MP).

Em sua abordagem, Garcia destacou a necessidade de se compatibilizar o princípio da independência funcional, que detêm os membros do MP, com o princípio da unidade institucional, ressaltando a relevância de se buscar a priorização de uma atuação voltada para o aspecto coletivo. "No momento em que nós compreendermos essa transição do individual para o coletivo, iremos compreender o nosso papel na instituição", ressaltou. Segundo o conferencista, a independência funcional não exclui a existência de outros princípios. "O que a independência estimula é a nossa livre atuação funcional", disse.

Ao tratar da unidade do MP, Garcia lembrou da existência de realidade distinta entre os seus diversos ramos, seja em relação ao Ministério Público da União (MPU), integrado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), seja em relação aos Ministérios Públicos dos Estados. Nessa linha, o promotor lembrou

Emerson Garcia sugeriu atuação voltada para o aspecto coletivo

que, por vezes, o MPU passa a ser, na verdade, o Ministério Público Federal (MPF), principalmente quando se leva em conta que o chefe daquele ramo é sempre egresso do MPF, o que acaba por priorizar tal ramo em detrimento dos demais.

O conferencista explicou, ainda, o que ele chama de "simbiose diceológica e deontológica entre magistratura e MP", enfatizando ser necessário reafirmar a unidade da instituição do Ministério Público. "O efeito sinérgico é sempre superior ao efeito produzido pela soma das unidades", destacou.

Oficinas discutem temas de grande relevância durante o Congresso

Cinco oficinas abordaram temas inerentes ao exercício da atividade dos procuradores do Trabalho, ao longo do XVII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT). Algumas discussões aconteceram simultaneamente e propiciaram uma maior participação e a troca de informações entre os seus participantes.

Na primeira oficina, o principal eixo de discussão foi a estruturação do Ministério Público do Trabalho (MPT). Dentro desse aspecto, foi abordada a estrutura mínima de gabinete, a fixação dos cargos de procurador regional do Trabalho, a necessidade de criação de ofícios especializados e, também, a capacitação dos membros. Já na segunda, que aconteceu simultaneamente, o foco eram as estratégias de atuação conjunta entre ramos do Ministério Público. Nesse sentido, levantou-se exemplos de articulações exitosas, as possibilidades de otimização de resultados a partir da atuação conjunta e a preservação de prerrogativas mediante atuação articulada.

O foco da terceira oficina foram as prerrogativas dos membros do MPT. Nessa linha de pensamento, foram abordadas as formas de superação dos problemas relacionados às requisições, a capacidade eleitoral passiva e o exercício de atividades externas, assim como a docência. Já na quarta oficina, que aconteceu concomitantemente, o tema central foram os Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça. Nesse aspecto, foram debatidas questões como o critério de escolha do representante do MPU no CNJ, o poder regulamentar dos Conselhos, as formas de preservação do membro do Ministério Público contra representações retaliativas da atuação do Parquet e a necessidade de planejamento administrativo estrutural, global e equânime do Ministério Público, em especial do MPU.

Na primeira oficina o tema abordado foi a estruturação do MPT

No último dia do Congresso foi realizada a quinta e última oficina, com o tema "Estruturação do Ministério Público Brasileiro", oportunidade na qual foram discutidos o caráter nacional do Ministério Público, a necessidade de democratização da escolha do procurador-geral da República, considerada a sua atuação perante a Corte Suprema, e, ainda, dentre outras questões, a conformação do MPU e a sua possível necessidade de modificações.

Este foi o segundo ano em que foram realizadas oficinas ao longo do Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho. Durante a Assembleia-geral, ocorrida no final da tarde de sábado, 21 de abril, os participantes puderam votar nas propostas lançadas em cada oficina, a fim de integrar uma pauta de propostas a serem avaliadas pela ANPT. Com essa modalidade de oficinas de trabalho, os CNPTs tornaram-se ainda mais dinâmicos e possibilitaram maior participação dos associados em temas constantemente articulados pela Associação.

Segunda oficina discutiu as estratégias de atuação conjunta entre ramos do MP

O foco da quarta oficina foram os Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça

A terceira oficina abordou as prerrogativas dos membros do MPT

A última oficina discutiu a estruturação do Ministério Público Brasileiro

Fotos: Ascom/ANPT e Luiz AKai

Assembleia-Geral encerra o evento e sinaliza novos caminhos para a atuação da ANPT

Participantes do XVII CNPT estiveram reunidos no final da tarde de sábado (21/04) na última atividade proposta para o evento, a Assembleia-Geral da categoria. Na ocasião, o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, esclareceu pontos referentes à atuação da entidade, em especial no âmbito do Poder Legislativo, além das medidas adotadas nas esferas administrativa e judicial.

Os procuradores do Trabalho discutiram, ainda, temas inerentes à sua atuação e analisaram as propostas surgidas a partir da realização das cinco oficinas do CNPT e deliberaram acerca de tais propostas, definindo, também, sobre o possível ajuizamento de ações judiciais por parte da ANPT, na defesa dos direitos e dos interesses da categoria.

Eleição

Durante a Assembleia-Geral, integrantes da chapa que concorre às eleições para a diretoria da ANPT, intitulada "Por uma ANPT cada vez melhor", expuseram as propostas a serem trabalhadas caso seja eleita para o biênio 2012/2014. Segundo seus integrantes, a ideia é dar continuidade ao trabalho "sério e dedicado que vem sendo desempenhado na representação da categoria, sem olvidar, contudo, a imprescindibilidade de se buscar, sempre, avançar consolidando o trabalho de fortalecimento da entidade e de intensificação das conquistas para os associados".

A chapa tem como candidato a presidente o procurador do Trabalho Carlos Eduardo de Azevedo Lima e vice-presidente a procuradora Daniela de Morais do Monte Varandas.

Sebastião Caixeta falou sobre a atuação da ANPT no Congresso Nacional

Integrantes da chapa "Por uma ANPT cada vez melhor" puderam falar sobre seu plano de trabalho

Procuradores lançam livros em último dia do Congresso

Obras jurídicas de autoria de procuradores do Trabalho foram lançadas no último dia do XVII CNPT. Em espaço dedicado especialmente para tal finalidade, os autores tiveram a oportunidade de apresentar seus livros e, inclusive, autografá-los aos participantes do evento.

Os livros lançados foram "O Assédio Moral Organizacional", da associada Adriane Reis de Araújo, "As súmulas e orientações jurisprudenciais do TST comentadas e separadas por assunto", dos procuradores do Trabalho Élisson Miessa dos Santos e Henrique Correia e "Estudos aprofundados do MPT", obra coletiva escrita por diversos membros do Ministério Público do Trabalho lotados em todo o país e coordenada pelos associados Élisson Miessa dos Santos e Henrique Lima Correia. As obras "Ações afirmativas", cujo autor é o procurador Regional do Trabalho José Cláudio Monteiro de Brito Filho, "Direitos Fundamentais do Trabalho na visão de procuradores do Trabalho", obra coletiva coordenada pelos associados João Filipe Moreira Lacerda Sabino e Lorena Vasconcelos Porto e "O Ministério Público e o controle social das políticas de saúde do trabalhador", de autoria do procurador do Trabalho Roberto Portela Mildner, também, foram divulgadas durante o evento.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o *site*: www.compracerta.com.br
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do *site* da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e apresentar a carteira de afiliado da ANPT.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do *site*, além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televendas 3003-6000

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do *site*. O endereço é www.anpt.org.br

ENTREVISTA

Foto: Assessoria de Imprensa/Sebastião Bala Rocha

"Combater a discriminação no ambiente de trabalho é vital"

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, fala sobre trabalho decente e a necessidade de se assegurar os direitos básicos dos trabalhadores. Confira.

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados tem promovido diversas audiências públicas para tratar da chamada "agenda do trabalho decente". Em sua visão, essas questões têm tido no Brasil o devido tratamento?

Infelizmente, ainda encontramos várias barreiras que não permitem o pleno exercício do trabalho decente. Nas audiências públicas que estamos desenvolvendo na Comissão do Trabalho, percebemos que existem inúmeras dificuldades encontradas no mercado de trabalho. Mulheres e negros ainda são submetidos a condições deploráveis. Situações análogas ao trabalho escravo ainda são realidades. Enfim, lamentavelmente, a lista é extensa. Mas tenho esperança de que este quadro está mudando. O Brasil é signatário de várias convenções da Organização Internacional do Trabalho, que visam a oferecer o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Os membros do Ministério Público do Trabalho atuam, em todo o país, de forma enfática na luta pela promoção de igualdade nas relações de trabalho. Como avalia a questão da discriminação no ambiente de trabalho em suas mais variadas formas? Destacaria alguma de suas modalidades?

Combater esta discriminação é vital. Sou autor do Projeto de Lei nº 5128/2009, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Uma vez verificada a diferença de salários, de exercício de funções ou de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor, estado civil, ou por ser o trabalhador portador de deficiência, é devida indenização. Essa, sem dúvidas, é uma das mais perversas discriminações.

Em relação ao trabalhador doméstico, observa-se que tal segmento sofre para ter seus direitos assegurados, inclusive pelas dificuldades inerentes à fiscalização. Vários direitos assegurados aos demais trabalhadores não o são quando se trata dessa categoria. Como vê essa situação e quais são, em sua opinião, os caminhos a serem trilhados para que se avance, efetivamente, no trato dessas questões?

Os trabalhadores domésticos conquistaram várias vitórias, como salário mínimo, irredutibilidade salarial, décimo terceiro salário, terço das férias, aviso prévio, aposentadoria, licença maternidade de 120 dias e licença paternidade. Não obstante, garantir que esses triunfos sejam de fato e de direito é um dos maiores desafios. Acredito que a fiscalização é deveras importante, mas também a conscientização é vital, pois vários equívocos são cometidos, ainda mais em rincões e no interior do nosso país.

Situações extremamente preocupantes, na realidade nacional, dizem respeito ao trabalho escravo e ao trabalho infantil. Quais providências, além daquelas já adotadas ao longo dos últimos anos, podem ser intensificadas visando uma efetiva solução para tais questões? Tais providências passariam, também, por alterações na legislação?

As crianças e adolescentes que laboram enfrentam uma árdua jornada de trabalho. Esse acréscimo de esforço reduz, significativamente, a possibilidade da criança aprender de fato o que é lecionado. Certamente, avanços devem ser feitos na legislação, sobretudo à punições, que não indiferem, por exemplo, na quantidade de crianças flagradas trabalhando. É uma situação que não pode ser mais sustentada.

"Infelizmente, ainda encontramos várias barreiras que não permitem o pleno exercício do trabalho decente"

Empossado novo procurador-geral de Justiça Militar

Foi empossado no dia 13 de abril, no cargo de procurador-geral de Justiça militar, o subprocurador-geral de Justiça Militar Marcelo Weitzel Rabello de Souza. A posse aconteceu na Procuradoria-Geral da República (PGR) e reuniu representantes de entidades de classe de membros do Ministério Público, a exemplo do vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, magistrados, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, o procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo, o corregedor-geral do Ministério Público, Jeferson Luiz Pereira Coelho, o vice-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Olympio Pereira da Silva Júnior, dentre outras autoridades.

Fotos: Ascom/ANPT

Marcelo Weitzel é ex-presidente da ANMPM, entidade parceira da ANPT

Marcelo Weitzel assume a PGJM para um mandato de dois anos. Em seu pronunciamento de posse, o procurador-geral de Justiça militar falou sobre a sua trajetória e experiência associativa, à frente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), lembrando que o trabalho em conjunto, a exemplo daquele que teve a oportunidade de vivenciar entre as associações do MP e da magistratura, constitui um fator diferencial para o bom andamento dos trabalhos de qualquer instituição.

Diretoria da ANPT visita presidente nacional da OAB

A diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) visitou no dia 18 de abril o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante. O grupo foi à OAB falar sobre o XVII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), do qual o presidente participou da solenidade de abertura, além de buscar um estreitamento de laços ainda maior com a entidade representativa da advocacia.

Participaram da visita no gabinete da presidência da OAB, além do presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, do vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a secretária-geral da entidade, Ana Luiza Alves Gomes, o diretor financeiro, Maurício Correia de Mello, a diretora de assuntos legislativos, Mariana Flesch Fortes, a diretora de assuntos jurídicos, Marici Coelho de Barros Pereira, a diretora de assuntos sociais e de eventos, Adriana Holanda Maia Campelo, a diretora de comunicação, Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães, e a diretora Yamara Viana de Figueiredo, entre outros. Pela OAB, também acompanharam a reunião o vice-presidente nacional da entidade, Alberto de Paula Machado, o secretário-geral, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e o ouvidor geral e conselheiro federal por Sergipe, Henri Clay Andrade.

Fotos: Eugênio Novaes/OAB

Visita reiterou a proximidade entre as entidades

Lançada Agenda Político-Institucional da Anamatra

A sexta edição da Agenda Político-Institucional da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) foi lançada no dia 11 de abril em solenidade realizada na Câmara dos Deputados. O evento, que foi promovido com o apoio da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), contou com a presença do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, do vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, além de parlamentares, servidores e diretores de entidades associativas.

Fotos: Ascom/ANPT

Além da ANPT, diversas entidades foram representadas no lançamento da agenda